autuado por cintiacarrer em 27/10/2026 18:15:08.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, SSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PLO 6/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, publicada em 11 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.
Planalto

- Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009, publicada em 8 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
Planalto

- Lei Federal nº 14.620, de 13 de julho de 2023, publicada em 14 de julho de 2023, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei da Desapropriação), e diversas leis federais relativas à habitação, aos registros públicos, ao financiamento imobiliário e à regularização fundiária, e revoga dispositivos da Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021.
Planalto

- Lei Estadual nº 13.094, de 24 de junho de 2008, publicada em 25 de junho de 2008, que altera a Lei nº 10.310, de 12 de maio de 1999, que dispõe sobre sorteio de imóveis da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU.
Alesp

- Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, publicada em 1º de agosto de 2014, que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002.
Legislação Municipal

Matéria DSP 15851/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 27/10/2026 e juntado ao PLO 6/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771533.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 17.638, de 9 de setembro de 2021, publicada em 10 de setembro de 2021, que disciplina o Programa Pode Entrar, estabelecendo regras, mecanismos e instrumentos para sua operacionalização.
Legislação Municipal

- Lei Municipal nº 17.906, de 11 de janeiro de 2023, publicada em 12 de janeiro de 2023, que institui o Programa Morar Melhor na Cidade de São Paulo, e dá outras providências.
Legislação Municipal

- Lei Municipal nº 18.212, de 27 de dezembro de 2024, publicada em 27 de dezembro de 2024, que acrescenta dispositivos às Leis nº 13.260, de 28 de dezembro de 2001, nº 13.769, de 26 de janeiro de 2004, nº 15.893, de 7 de novembro de 2013, nº 18.079, de 11 de janeiro de 2024, nº 17.844, de 14 de setembro de 2022, e nº 17.965, de 19 de junho de 2023, para permitir que a execução das intervenções para provisão de Habitação de Interesse Social – HIS previstas na legislação específica seja feita pelo Programa Pode Entrar – Aquisição, disciplinado na Lei nº 17.638, de 9 de setembro de 2021.

- Lei Estadual nº 12.801, de 15 de janeiro de 2008, publicada em 16 de janeiro de 2008, que autoriza o Poder Executivo a adotar medidas visando à participação do Estado no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Conselho Estadual de Habitação – CEH, institui o Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social – FPHIS e o Fundo Garantidor Habitacional – FGH.
Alesp

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 27 de outubro de 2026.

CINTIA TALARICO DA CRUZ
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 15851/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 27/10/2026 e juntado ao PLO 6/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=771533.